

A dessacralização da terra e a catástrofe ancestral

The desacralization of the Earth and ancestral catastrophe

Taís Alves Teixeira

Mestra em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil;
E-mail: t235001@dac.unicamp.br

Antonio Bernardes

Doutor em Geografia; Universidade Estadual Paulista, São Paulo, SP, Brasil;
E-mail: tonyb@unicamp.br

Resumo

Este artigo parte da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, da escritora brasileira Carolina Maria de Jesus, com o objetivo de interpretar as reverberações do que a Antropologia tem chamado de catástrofe ancestral, observando que ao longo da obra elementos característicos da herança da colonização se fazem presentes como a fome, violência de gênero, morte e as frequentes enchentes. O conceito catástrofe ancestral tem alimentado discussões sobre a realidade vivida na contemporaneidade com os eventos climáticos extremos, mas o que buscamos observar é a sua presença no cotidiano às margens do Rio Tietê, a partir da perspectiva de uma autora que denunciou as perversidades de uma sociedade alicerçada nos valores coloniais.

Descritores: Discriminação social, áreas de pobreza, violência de gênero, racismo sistêmico.

Abstract

This article is based on the book “Room of Eviction: Diary of a Favelada”, by Brazilian writer Carolina Maria de Jesus with the aim of complexifying the reverberations of what anthropology has called ancestral catastrophe, observing that throughout the work elements characteristic of the heritage of colonization are present, such as hunger, gender violence, death and frequent floods. The concept of ancestral catastrophe has fueled discussions about the reality experienced in contemporary times with extreme weather events, but what we seek to observe is its presence in the daily life on the banks of the Tietê River of an author who denounced the perversities of a society based on colonial values.

Descriptors: Social discrimination, poverty areas, gender-based violence, systemic racism.

Introdução

Este artigo é a reverberação de uma fala apresentada no painel “Escrituras de si e do mundo: mulheres e literatura”, que ocorreu no VII Seminário Local do Grupo de Pesquisa Fenomenologia e Geografia (Nomear) realizado na cidade de Limeira, pela Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA- Unicamp). Após ter passado pelo exame de qualificação do mestrado no Programa Interdisciplinar em Ciência Humanas e Sociais Aplicadas, com o trabalho intitulado “Domésticas da escrita: entre as fabulações de ‘Um teto todo seu’ e

‘Quarto de despejo’”, no qual buscava promover uma interlocução entre Carolina Maria de Jesus e Virginia Woolf, com o objetivo de entender como o lugar se manifestava na experiência de duas escritoras tão distintas.

Inevitavelmente a pesquisa me colocou diante da condição de Carolina Maria de Jesus, mulher negra, filha de ex-escravizados, mãe solo e favelada. Todas essas marcas compõem a sua escrita. Foi pela escrita de uma mulher negra no sul global, que escrevia cotidianamente, ou ainda, escrevia (Evaristo, 2020) suas experiências nas ruas da cidade, na favela e em seu barracão, que o lugar de Carolina Maria de Jesus foi se desenhando. A partir disso, este artigo busca aproximar os relatos de Carolina Maria de Jesus na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” da discussão em torno do conceito de catástrofe ancestral (Povinelli, 2024). Para tanto, pretendemos demonstrar como as marcas da colonialidade/modernidade (Mignolo, 2017) refletem diretamente na realidade cotidiana da autora, quando em sua narrativa encontramos a violência de gênero, a miséria e a fome.

Ao longo da obra “Quarto de despejo”, o desejo de sair da favela é constante, a autora narra sua insatisfação em residir às margens do Rio Tietê. A favela, em sua perspectiva, é o lugar da falta, onde são deixadas/os aquelas/es consideradas/os refugos da sociedade. Nesse sentido, a autora apostava que a saída para sua triste realidade estava na conquista da casa de alvenaria, para ela isso lhe conferiria certa humanidade, algo que a mesma pode verificar, posteriormente, como irreal. Afinal, o racismo como consequência da colonialidade/modernidade e da catástrofe ancestral não desapareceria, mesmo com a mudança de logradouro. Além disso, buscamos demonstrar que a concepção de favela na literatura contemporânea das ciências humanas vem sendo complexificada.

Ao longo do artigo, almejamos evidenciar que as consequências da lógica que rege a colonidade/modernidade por meio do processo de dessacralização da terra, ou seja, da incapacidade de compreender a terra como um ente sagrado, estão presentes tanto em realidades como a vivida por Carolina Maria de Jesus, quanto nos eventos climáticos extremos que vivenciamos na contemporaneidade. Por esse viés, podemos compreender a situação vivida por Carolina Maria de Jesus também como um exemplo do fenômeno que tem sido nomeado racismo ambiental. Tais aspectos levaram a pensar a respeito do que seria estar fora do lugar, apartada da terra – experiência comum para metade da humanidade, as

mulheres cis e trans que vivem dentro da lógica masculina e heteronormativa de habitar a terra.

Ao final, buscamos encontrar possíveis saídas a partir do pensamento de autoras que apostam na interioridade (Lorde, 2020; Almeida, 2023) e na fabulação (Haraway, 2023) como alternativas para construir refúgios. Tais ideias são elaboradas por meio da literatura por todas as autoras, afinal, a fantasia presente na arte literária nos faz criar mundos possíveis, dar nome ao que não existe. Ao relacionar a prática de criação de refúgios com a literatura, também vale lembrar da ligação desta com as práticas de cuidado e cultivo. Nesse sentido, é importante mencionar que, no fim da vida, Carolina Maria de Jesus retomou um hábito comum em sua infância e juventude: o cuidado de uma horta, o trabalho na terra, o qual lhe proporcionava algum sentido, após cair no ostracismo enquanto escritora. Por fim, procuramos demonstrar alguns exemplos de mulheres que estão construindo coletivamente refúgios.

O trabalho pautou-se na relação entre imaginação e ciência proposta por Bachelard (2001), para a proposição de uma articulação entre ciência e arte literária, contornando, por meio de um estudo qualitativo, a posicionalidade de Carolina Maria de Jesus, a partir na noção de geograficidade, que considera inseparável o ser humano de seu meio.

A favela como constitutiva do ser

A escrevivência é um conceito da também escritora Conceição Evaristo (2020), a partir do qual ela entende que a prática da escrita somada à experiência cotidiana pela perspectiva da negritude embaralha o ato da escrita com a vida. Isto foi o que Carolina Maria de Jesus fez ao colocar na centralidade, pela literatura, faveladas/os, aquelas/es que viviam à margem, com fome e sem acesso à urbanidade.

Por meio de sua escrita cotidiana, nos aproximamos de situações de precariedade e da realidade social da cidade de São Paulo na metade de Século XX. Portanto, ao longo desse artigo buscaremos pensar Carolina Maria de Jesus como a autora que narrou as consequências do colapso ancestral proveniente do processo de colonização (Povinelli, 2024). O conceito de catástrofe ancestral foi apresentado pela antropóloga Elizabeth Povinelli (2024) e nos auxiliará a ver as consequências da obra da colonização, considerando as catástrofes recentes no contexto brasileiro como resultado desse processo histórico. Pois, quando Carolina Maria de Jesus traz a fome como personagem recorrente, assim como a violência de gênero e o

abandono do poder público, nos faz mergulhar, por meio da literatura, na realidade cotidiana de um país estruturado pela obra da colonização.

A favela na contemporaneidade tem sido lida dentro das Ciências Humanas por uma abordagem que busca evidenciar as potencialidades culturais e sociais, ou seja, a favela não é mais lida apenas como o lugar da precariedade e da falta. A literatura, a música e outras expressões culturais hoje versam sobre a favela e são feitas por pessoas que vivem dentro e fora desse contexto. Esta pode ser entendida como um lugar em que as diferentes narrativas buscam evidenciar e potencializar as vivências periféricas, as culturas periféricas como constituintes e constitutivas de habitar (Heidegger, 2011). Isto é, a valorização da estética e da articulação política relacionada à transformação social feita por quem é favelado.

Trata-se de uma hermenêutica do habitar a favela em que as narrativas periféricas fomentam um sentimento de pertencimento e afirmação da identidade dos favelados, como seu modo de falar, suas vestimentas, costumes, rotinas, a “autoestima periférica”. Contudo, em “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, encontramos algumas ponderações, quando Carolina Maria de Jesus aborda os aspectos violentos e a ausência de condições dignas de existência. A autora todos os dias começava seu diário relatando a dificuldade de conseguir água potável, problema ainda recorrente nas favelas brasileiras.

No contexto da pandemia de Covid-19, por exemplo, o Observatório das Águas¹ divulgou um artigo que demonstrava, por meio de pesquisa quantitativa, que a falta de água ainda é um problema recorrente nas favelas na cidade de São Paulo. A permanência desse problema durante a pandemia levou à morte um número significativo de moradoras/es de favelas e cortiços. Ao ter que lidar cotidianamente com condições precárias de existência, Carolina Maria de Jesus demonstra em seus relatos a insatisfação de morar na favela. Conceição Evaristo (2021) no prefácio do livro “Casa de Alvenaria volume I”, diário que Carolina Maria de Jesus escreveu após ser expulsa da favela do Canindé, diz:

Carolina Maria de Jesus ave sem pouso, talvez tenha passado a vida procurando um lugar com mais de 40 palavras, tanto físico como simbólico, para se aninhar, uma

¹ Para mais detalhes, veja o artigo disponível em: <https://observatoriodasaguas.org/deficiencias-no-saneamento-e-a-covid-19-estudo-de-caso-sobre-falta-de-agua-vulnerabilidade-social-e-obitos-no-municipio-de-sao-paulo/>. Acesso em: 09 set. 2024.

peregrinação que começou na infância, quando diz: “Dêsde os meus sete anos estou procurando um local para estacionar e dizer: ‘aqui estou bem’” (Evaristo, 2021, p. 18).

Este desejo de encontrar um lugar movia a autora. Ao longo de “Quarto de despejo: diário de uma favelada” são muitas as manifestações desejosas de residir em uma casa de alvenaria. Mas, quando finalmente pode residir em uma destas casas, viu sua ideação de felicidade sucumbir.

Eu pensava que a vida na casa de alvenaria era cheia de encantos e lirismos.

- Enganei. Tenho a impressão que estou dentro do mar lutando para não me afogar.

Quando estava na favela tinha ilusões de cá – pensava que isso aqui fosse o paraíso. (Jesus, 2021, p. 19)

Diante das dificuldades e desilusões cotidianas, o lugar/lar em Carolina Maria de Jesus (2021) vai se revelando como a escrita diária. Era na e pela escrita que a autora se abrigava e encontrava refúgio. Isso nos ajudou a compreender o lugar como circunstancial e aberto. Foi pela perspectiva de uma favelada, que tinha como suporte para a escrita os cadernos recolhidos do lixo, que pudemos pensar sua escrita enquanto característica de quem vive em meio a uma catástrofe ancestral.

Após a mudança para uma casa de alvenaria, primeiro em Osasco e depois em Santana – ambos bairros da cidade de São Paulo, na época – Carolina Maria de Jesus não viveu até o fim da vida com conforto e dignidade. Quando mudou para Parelheiros, no extremo sul da cidade de São Paulo, dizia estar feliz por estar novamente próxima à natureza. No entanto, com o passar do tempo, voltou à condição de catadora, recolhendo recicláveis para sobreviver. A história de vida da autora somada às suas obras, nos levam a buscar respostas para perguntas como: de que modo podemos construir refúgios em um país marcado pela catástrofe ancestral da colonização?

Para pensarmos sobre tal problemática na contemporaneidade brasileira, podemos considerar o número crescente de moradores/as em situação de rua nos grandes centros urbanos, o genocídio indígena em curso, as consequências do aquecimento global e o aprofundamento das desigualdades. A partir de problemáticas como essas, precisamos nos concentrar em compreender como construir refúgios no antropoceno. Desse modo, é preciso

nos reconhecemos como seres telúricos, conforme propõe o geógrafo francês Éric Dardel (2011).

A relação com a terra

“Um lar de verdade é o lugar - qualquer lugar - onde há um estímulo ao crescimento, onde existe constância” (hooks, 2022, p. 250). A terra é o nosso primeiro e último lar/lugar. É sobre ela que a força da gravidade age, nos fazendo na primeira infância erguer o corpo e organizar os primeiros movimentos, com as plantas dos pés sobre o chão e todo o sistema cognitivo trabalhando para caminharmos rumo ao desconhecido. E, inevitavelmente, é para a terra que voltaremos quando a finitude da vida chegar.

A nossa forma de vida só é possível graças às características do planeta: a distância adequada do sol, a combinação de temperatura, a existência de oxigênio e água em estado líquido. Apesar de Mercúrio, Vênus e Marte também serem classificados como planetas terrestres, com poucos ou nenhum satélite, possuindo uma pequena massa e densidade média; até o momento somente o planeta Terra nos possibilitou habitar com estímulo ao crescimento, tal como *bell hooks* preconizou. Com isso, somos em última instância seres telúricos, habitantes da Terra, dependentes e parte desse planeta, possuímos o que Dardel (2015) chamou de geograficidade, ou seja, o ser humano não está apartado da terra, por isso, imprimimos nos lugares singularidade.

Contudo, este entendimento de profundo pertencimento à Terra parece não encontrar aderência em certos setores da sociedade. A desassociação da natureza e a supervalorização da lógica extrativista, tem feito a humanidade produzir um modo de vida que, em última instância, é destrutivo a ela mesma. A bióloga e teórica feminista Donna Haraway considera que este período geológico que tem sido chamado de antropoceno caracteriza-se como um evento limite, em que os refúgios têm sido destruídos e cabe a nós reconstruí-los (Haraway, 2023). A respeito do antropoceno a autora expõe que:

O termo parece ter sido cunhado no início dos anos 1980 pelo pesquisador e ecólogo Eugene Stoermer, especialista em diatomáceas de água doce da Universidade de Michigan, falecido em 2012. Ele introduziu o termo para referir-se às crescentes evidências relacionadas aos efeitos transformadores das atividades humanas na Terra.

(...) As mudanças antrópicas estabelecidas pela máquina a vapor, criada em meados do século XVIII, e pelo uso explosivo de carvão, responsável por alterações em todo o planeta, tornaram-se evidentes nos ares, nas águas e nas rochas da Terra (Haraway, 2023, p. 90-91).

Os eventos climáticos extremos, corroboram com esta afirmativa, de que as ações antrópicas tem proporcionado consequências geológicas. Ao passou que, um novo termo tem sido introduzido na discussão climática: ebulição global. Esse termo foi usado pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, em julho de 2023² para especificar a aceleração dos efeitos do aquecimento global, em que o aquecimento não resulta mais da luz solar, mas do calor provocado pelas ações antrópicas no planeta Terra. Tal efeito tem causado chuvas torrenciais, como a que devastou parte do Estado do Rio Grande do Sul recentemente, e as queimadas históricas que avançam pelo interior paulista, pelas regiões centro-oeste e norte do país. Todos esses eventos extremos têm nos permitido presenciar uma catástrofe climática em curso.

Em setembro de 2024, vimos o céu de muitas cidades do Brasil apresentar uma coloração alaranjada, uma espessa camada de fuligem que encobriu o céu, proveniente do fogo que chegou à porta das casas nas cidades do interior paulista, região onde a produção da monocultura da cana de açúcar tem como prática a queima da palha da cana após a colheita. O plantio da cana de açúcar é mais uma marca da empresa colonial que, ao longo do tempo, ocupou a costa litorânea e posteriormente o interior de São Paulo.

Consequentemente a má qualidade do ar no interior paulista resulta desse processo das queimadas. A CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) frequentemente emite alertas para esta região sobre a péssima qualidade do ar. A situação das queimadas se agravou de tal forma que esta qualidade do ar ruim foi percebida na cidade de São Paulo, em razão da fumaça trazida pelos fortes ventos pela grande quantidade de focos de incêndio, que se somou à fuligem dos automóveis da capital paulista e durante dias nos fez respirar poluição e fumaça.

Estas experiências de convívio com eventos climáticos extremos são consequências do processo de dessacralização da terra. Conforme aponta Dardel (2015), o ser humano ao longo

² Para mais detalhes sobre o uso do termo utilizado em uma coletiva de imprensa pelo secretário-geral da ONU, veja o artigo disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/240543-coletiva-de-imprensa-do-secret%C3%A1rio-geral-da-onu-sobre-o-clima>. Acesso em: 09 set. 2024.

da história é perturbado por visões proféticas sobre a terra, sobretudo as bíblicas. A partir dessa perspectiva, podemos inferir que essa perturbação se intensificou no contexto de crise climática. Dardel, ao falar sobre as manifestações religiosas monoteístas, demonstra como as profecias bíblicas subtraem a sacralidade da terra, ela é antes de mais nada a obra do criador.

Em relação ao mundo mítico, a posição monoteísta e profética é uma revolução. As exigências internas da revelação bíblica destroem os quadros da experiência e da concepção mítica do mundo; ela quebra a ligação orgânica entre o homem e a Terra, esse laço que o homem, mesmo quando atualiza como poder de nutrição e de proteção, encontra-se indistintamente no passado, voltando-se para os ancestrais de quem ele prolonga a existência, a partir da mãe e dos tios maternos, depositários e fiadores do fluxo vital que se encontra nele. Ela modifica profundamente ao preencher o significado da realidade terrestre apresentada ao homem; enfim, a hierarquia de valores é invertida, de tal maneira que é o homem que domina a Terra agora, não sendo mais uma simples forma passageira. A Terra, como realidade circundante, é destituída de seu papel original... (Dardel, 2015, p. 67)

As religiões monoteístas, que podem ser representadas pelo cristianismo, judaísmo e o islã, partem dessa concepção em que o criador é quem deve ser reverenciado, a terra configura-se como um ente distante do ser, porque imperfeita e, em alguns casos, profana. A separação entre o ser e a terra se aprofunda ainda mais com o racionalismo e o afastamento gradativo e profundo empreendido, sobretudo, pelo positivismo de Comte (1978). Para ele o pressuposto básico é a neutralidade nas Ciências, pois esta deveria se afastar dos discursos religiosos. Assim como, a terra foi completamente reificada para poder ser mensurada e explorada.

Foi partindo dessa premissa que o ser humano se autopromoveu como agente modificador, desbravador e transformador da terra. É justamente essa concepção que possibilitou à espécie humana empreender ações que visam a extração, mineração e colonização. Essa forma de ver o mundo modificou de maneira significativa culturas e hábitos de diversas coletividades pelo mundo.

Nesse sentido, Castro (2017) fala sobre a obsessão do Estado brasileiro em desaparecer com as coletividades indígenas, o qual preconiza que, para tanto, não é preciso necessariamente matá-los, mesmo que isso já aconteça por meio da prática genocida constante no país. Trata-se do processo de desindianizá-los, ou seja, transformá-los em trabalhadores nacionais, cristãos, retirando seu vínculo com a terra, com a língua e os costumes.

Quando Txai Suruí, jovem indígena discursou na conferência do clima, a Cop26, que aconteceu na cidade de Glasgow, falou sobre a prática de desmatamento na Amazônia brasileira³. A fala de Suruí incomodou profundamente o governo brasileiro, que na época estava sob a gestão do presidente Jair Bolsonaro (2018-2022) o qual tinha como projeto de governo a intensificação do desmatamento na região. Nesse contexto, é possível inferir que o processo de dessacralização da terra é uma estratégia que, ao longo do tempo, serviu e ainda serve para os interesses do colonizador e, na contemporaneidade, do agronegócio. Afinal, tanto o empreendimento colonial quanto o agronegócio compreendem a terra como propriedade e não como algo sagrado.

Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente de favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. (Jesus, 2007, p. 55)

Este pensamento de Carolina Maria de Jesus elucidada o que é a catástrofe ancestral. Aquelas/es que estão à margem da sociedade representam os valores do pensamento colonial, que reduzem aquelas/es que não se enquadram ao padrão eurocentrado de modernidade à lixo. Para que seja possível existir a modernidade tal qual projetada pelos ideais iluministas eurocentrais, foi preciso produzir a colonialidade movida pela escravidão e exploração incansável dos recursos naturais. Por esta lógica, grande parte das/os que vivem no sul global são considerados refugos da civilização, mão de obra e matéria prima para manutenção da estrutura e da riqueza concentradas no norte global.

³ Para saber mais sobre as reverberações do discurso de Suruí na Cop26, acesse a matéria disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-09/txai-surui-destaque-da-cop26-vivo-sob-clima-de-ameacas-desde-que-me-conheco-por-gente.html>. Acesso em: 12 set. 2024.

Catástrofe ancestral

Ao considerar o pensamento da antropóloga Elisabeth Povinelli, podemos afirmar que a catástrofe ambiental e social que estamos vivendo também é uma catástrofe ancestral. Pois, foi a partir do momento que as populações monoteístas empreenderam os movimentos de expansão e colonização sobre a terra que os valores das coletividades, relativos à sacralidade da terra, passaram a estar em risco.

A catástrofe ancestral não é o mesmo tipo de coisa-evento que a catástrofe por vir, tampouco opera a partir da mesma temporalidade. Quando começamos pela catástrofe do colonialismo e da escravidão, a localização do colapso climático, ambiental e social contemporâneo gira e sofre uma mutação, tornando-se algo completamente diferente. Catástrofes ancestrais são passado e presente (Povinelli, 2024, p. 20).

A ideia de catástrofe ancestral é importante de ser trazida para a discussão, pois ajuda a complexificarmos as marcas deixadas pela colonização. Afinal, os desastres ambientais no sul global, a desigualdade e a fome são provenientes do modo de organização política, econômica e espiritual do norte global. A autora faz uma breve incursão pela história da Bélgica para demonstrar como o reinado de Leopoldo II empreendeu o processo de modernização belga às custas da extração dos minerais arrancados do coração da África, no Congo, fazendo Bruxelas ser um modelo na Europa moderna (Povinelli, 2024).

Esta expropriação que enriqueceu os países do norte global, deixou para o sul global a herança que Carolina Maria de Jesus narrou de maneira corporificada. Quando a autora afirma que a cidade de São Paulo é um morcego que suga as forças vitais dos seus municípios, nos faz pensar justamente na imposição desse modo de vida europeu que parte da dessacralização da terra, da escravidão e da desigualdade.

O projeto colonialidade/modernidade (Mignolo, 2017), ao realizar a divisão entre natureza e cultura, empreendeu ao longo do tempo uma maneira de habitar e viver na terra, em que a premissa é o extermínio, mineração, exploração, sujeição e extração dos recursos

naturais. O pensamento de Povinelli nos ajuda a complexificar a crise climática que vivemos atualmente, nos fazendo lembrar que há dois tipos de colapso climático. O primeiro tipo está relacionado ao por vir, ou seja, um evento que acontecerá no futuro e por isso nos faz pensar em morte radical e renascimento radical. O segundo, é o colapso ancestral representado, sobretudo, pela catástrofe do colonialismo e da escravidão que estruturaram a sociedade brasileira como a conhecemos hoje, portanto as catástrofes ancestrais são passado e presente. Esta catástrofe ancestral a qual a autora se refere, relaciona-se com as condições adversas que pessoas em países colonizados ainda sofrem, quando enfrentam cotidianamente problemas como os narrados por Carolina Maria de Jesus, como as enchentes por ausência de acesso à urbanidade e políticas públicas.

Uma tarde de terça feira. A sogra de Dona Ida estava sentada e disse:

- Podia dar uma enchente e arrazar a favela e matar esses pobres cacetes. Tem hora que eu revolto contra Deus por ter posto gente pobre no mundo, que só serve para amolar os outros.

A tina de Dona Mulata, quando soube que a sogra da Dona Ida pedia a Deus para enviar uma enchente para matar os pobres favelados disse:

- Quem há de morrer afogado há de ser ela!

Na enchente de 49 morreu o Pedro Cardoso, filho de Dona Ida. Quando soube que Pedrinho havia morrido afogado pensei na decepção que teve sua vó que pedia água, água, bastante água para matar os favelados e veio a água e matou-lhe o neto. (Jesus, 2007, p. 57)

Quando Povinelli fala em catástrofe ancestral também nos faz pensar na condição do ser mulher neste contexto. Caso considerarmos a terra enquanto lar/lugar das mulheres em suas muitas interseccionalidades podemos observar, em linhas gerais, como a lógica da colonialidade/modernidade e, inevitavelmente, do sistema patriarcal marca de maneira significativa o modo como mulheres cis e trans vivem na terra. Afinal, habitamos um mundo desenhado para os homens cis e, o qual está profundamente marcado pelas muitas formas de opressão e sujeição.

A geógrafa e teórica feminista Leslie Kern (2021), ao escrever sobre a ausência da percepção feminina sob o ecúmeno na Geografia, demonstrou como isso foi atualizado e normalizado. Pois, as práticas de exploração e o imperialismo normalizados pelas Ciências, impuseram o silêncio e a sujeição historicamente para mais da metade da humanidade. Com isso, quando pensamos nas ausências e silêncios característicos de sociedades colonizadas, inevitavelmente a marca de gênero e de raça aparecem.

De acordo com as narrativas brancas que organizam as políticas urbanas, as cidades, assim como não tem gênero, também não tem cor. Essa é uma das facetas do negacionismo que se tornou recorrente sobre a questão racial e de gênero no Brasil. Como pode uma nação que foi construída sob bases do racismo como sistema de sustentação colonial, com amplo arcabouço empírico e científico de discriminação racial, não ter impresso em seu território as marcas dessa construção histórica? (Berth, 2023, p. 110)

Essas marcas históricas estão presentes e aparecem nas cidades por meio do racismo ambiental, quando famílias periféricas sofrem com altas temperaturas nas favelas por falta de políticas públicas voltadas à preservação das matas ou, quando não têm acesso à água, ao saneamento básico; ou ainda, pela ausência de coleta seletiva do lixo, entre outros fatores, precisam lidar frequentemente com enchentes. O conceito de racismo ambiental surgiu no contexto estadunidense dos anos 1980, quando a população negra lutava por justiça ambiental devido ao alto nível de poluição. A premissa do conceito visa demonstrar a impossibilidade de separação entre meio natural e artificial. No Brasil ele ganhou complexidade devido aos muitos grupos sociais marginalizados que são frequentemente afetados pelas catástrofes anunciadas, e esquecidos pelo poder público (Berth, 2023).

Assim, podemos inferir que, o fato de estar fora de um determinado modelo de ocupação urbana hegemônico resulta no risco de sofrer racismo ambiental e de sentir-se fora do lugar. Essa ideia de estar fora do lugar reforça a concepção de dinamicidade, mas também, em outro sentido, diz respeito à constante sensação de solidão e medo que acompanha a experiência do ser mulher no mundo. Tal lógica de habitar o mundo apartada da compreensão de pertencimento à terra, não reconhecendo a importância da geograficidade como elemento

primordial para a existência da vida, é o reflexo do pensamento da colonialidade e modernidade e do heterocispatriarcado que, com certa frequência nos faz experienciar a sensação de estar fora do lugar.

A experiência de se sentir fora do lugar também é comum aos imigrantes e exilados. Mas, aqui vamos pensar a experiência de estar fora do lugar num recorte de gênero de modo interseccional. Iniciamos pensando na experiência cotidiana das mulheres habitando seu lar/lugar primordial, a terra. Por este viés, podemos pensar a princípio no ato de caminhar a pé pelo espaço público no contexto urbano e logo iremos encontrar inúmeros relatos de assédios, violências e racismos. Voltando aos relatos de Carolina Maria de Jesus, escolhemos um episódio que elucida essa ideia.

...Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma o preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (Jesus, 2007, p. 108).

Carolina Maria de Jesus evidencia com isso a permanência de uma lógica da catástrofe ancestral, que promove cotidianamente esta sensação de estar fora do lugar. A partir do excerto de Carolina de Jesus, a topofobia⁴ não é uma experiência circunscrita apenas às mulheres cis ou trans, pois pode ser experienciada por todo e qualquer corpo racializado ou que performe feminilidade. Pensar a catástrofe ancestral por meio dos relatos de Carolina Maria de Jesus, nos permite reconhecer como o racismo ambiental já estava presente em seu cotidiano. Quando a autora narra a morte de um jovem pela enchente que foi desejada por sua própria avó, nos mostra a complexidade do cotidiano de quem vive à margem.

Em busca da interioridade

Então, como podemos viver em um mundo inóspito para mais da metade da humanidade? Audre Lorde, ao se adjetivar como *irmã outsider*, nos convida a reconhecer o

⁴ Em linhas gerais, a concepção de topofobia diz respeito à sensação de medo provocada pela experiência vinculada a determinados locais. Para saber mais a respeito vide: TUAN, Yi-Fu. Paisagens do medo. Trad. Livia Oliveira São Paulo: editora Unesp, 2005.

lugar escuro no interior das mulheres. Aquele lugar que nos convida a transpor a imaginação europeia que sempre apostou na luz para pensar seu projeto de mundo. Este lugar escuro é para Audre Lorde onde encontramos na ancestralidade outras maneiras de se colocar no mundo, com isso ela faz uma profunda defesa da poesia como destiladora da experiência e necessidade vital da existência.

“É da poesia que nos valem para nomear o que ainda não tem nome, e que só então pode ser pensado” (Lorde, 2020, p. 47). De modo que, esta reivindicação por um lugar escuro onde nos encontramos com uma dada ancestralidade nos possibilita pensar na poesia não como mera imaginação ou sonho, nas palavras da autora a poesia é como o esqueleto da vida. Esta afirmação caminha ao lado do que teóricas feministas têm proposto com a ideia de fabulação (Haraway, 2023). Se, conforme argumentamos anteriormente, a constante sensação de estar fora do lugar vivida pelas mulheres pode ser pensada como reflexo da organização social pautada nos valores da colonialidade e modernidade patriarcal, realizar o exercício de fabulação, de perceber o escuro de nossa interioridade de forma poética, pode nos ajudar a questionar essa sensação.

Já Almeida (2023) ao falar sobre essa sensação de deslocamento, relativa ao não pertencimento a um lugar, explica que isso é característico das/os cidadã/os do limbo, ao se referir principalmente aos descendentes da diáspora africana, os quais frequentemente são invisibilizados. De acordo com a autora, para a sobrevivência de um/a cidadã/o do limbo “é preciso aprender a dominar a invisibilidade: primeiro, como uma maldição; depois como uma habilidade; por fim, você vai acabar entendendo que, quando aparece, você assombra.” (Almeida, 2023, p.78). A autora defende a importância da restituição da interioridade como uma forma de reconhecer a existência e singularidade das/os cidadã/os do limbo. Ao se apresentar como uma dessas pessoas que não encontram lugar no mundo, propõe a literatura como possibilidade para criação de um lar, citando como exemplo, a prática de escrita de Carolina Maria de Jesus.

A partir da leitura de Almeida, podemos inferir que o resgate dessa interioridade passa por todos estes aspectos que concernem ao reconhecimento da dinamicidade do lugar das marcas deixadas pela catástrofe ancestral. Carolina Maria de Jesus, buscou incessantemente por sua interioridade escrevendo todos os dias, às margens do Rio Tietê, no fervilhar de uma

panela: seu refúgio e o seu lugar estava na escrita, era no ato de escrever que se tornava possível salvar o dia.

Considerações finais

A fala para o simpósio possibilitou trilhar caminhos para entender a questão do pertencimento na literatura caroliniana. A realidade social da autora se confunde com a de tantas outras mulheres que vivem em condições similares, o que nos levou a compreender que esta realidade deriva do que Povinelli chamou de catástrofe ancestral. A dessacralização da terra e a lógica do norte possibilitaram que uma realidade como a vivida por Carolina Maria de Jesus continuasse a ser atualizada.

A catástrofe ambiental extrema que estamos vivendo na contemporaneidade pode ser compreendida como mais uma etapa desse processo que foi construído ao longo do tempo. Estamos vendo nosso lar, a Terra, ser impactada pelas constantes queimadas e massivas emissões de carbono mas, por uma série de motivos, não reagimos de modo a impedir tal processo, pois estamos imersos nessa lógica que dessacralizou a terra.

Este texto parte da ideia de que precisamos buscar a sacralidade da terra, entendendo-a como o nosso único lugar possível. Uma das maneiras de combater a sensação de afastamento em relação a um lugar e de restituição da interioridade, pode acontecer por meio da poesia, da literatura. Conforme o exemplo de Carolina Maria de Jesus ao imaginar outras possibilidades diante da precariedade do cotidiano que enfrentava na São Paulo dos anos 1950-60.

Eu deixo o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa a pensar nas misérias que nos rodeia [...]. Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. [...] (Jesus, 2007, p. 78)

Carolina Maria de Jesus nos ajuda a entender que é preciso criar interioridade por meio da fabulação, a fantasia nos faz construir mundos e nos dá força para pensarmos em outras possibilidades de existência. Quando a autora fabula a vida em um castelo com

ornamentos dourados o faz como estratégia para sobreviver em meio a miséria. Isso nos mostra a importância desse refúgio criado por ela, mesmo que efêmero.

Essa ideia de criação de refúgios no antropoceno tem sido amplamente discutida por antropólogas/os, pois traz valores que nos ajudam a instabilizar a lógica que dessacralizou a terra. Os eventos climáticos extremos que estamos presenciando no mundo dizem respeito às catástrofes ancestral e por vir. Quando pensamos a experiência do ser mulher neste contexto, encontramos exemplos de refúgios sendo construídos não só por meio da literatura, mas pela prática de reflorestamento, como a realizada pela professora e ativista queniana Wangari Maathai com o movimento cinturão verde. Esse movimento tinha como objetivo promover a proteção da biodiversidade no continente africano, de modo a combater a fome e restaurar hábitos alimentares característicos das coletividades do Quênia. Tal experiência demonstra que temos a habilidade que construir refúgios que modificam e restauram a vida em muitos sentidos.

Apesar de conhecermos exemplos como o de Maathai e o movimento cinturão verde, ainda encontramos na contemporaneidade muitas mulheres vivendo em condições semelhantes a de Carolina Maria de Jesus. O racismo ambiental aflige com frequência mulheres negras que vivem abaixo da linha da pobreza, de modo que tal realidade reforça aquilo que Povinelli designa como a lógica da catástrofe ancestral. Os exemplos que buscamos trazer para demonstrar a busca pela interioridade e pelo pertencimento a um lugar por meio da criação de refúgios se concentraram na literatura, mas também podemos encontra-los na agroecologia e nas ocupações urbanas. Nas ocupações que levam o nome de Carolina Maria de Jesus, tanto na cidade de Belo Horizonte quanto em São Paulo, ambas possuem hortas comunitárias. As pessoas que participam dessas ocupações urbanas estão criando uma relação com a terra, assim como Carolina Maria de Jesus quando mudou para Parelheiros e pode, enfim, ter sua pequena horta. O sentido de habitar nesses dois casos aproxima-se da ideia de constituição do pertencimento a um lugar/lar. Esse movimento de hortas comunitárias em ocupações é um exemplo de criação de refúgios possíveis, mesmo que de maneira temporária.

Referências

- Almeida, D. P. (2023). *O que é ser uma escritora negra hoje, de acordo comigo: ensaios e uma conversa*. Todavia.
- Bachelard, G. (2001). *O ar e os sonhos: Ensaio sobre a imaginação em movimento*. Martins Fontes.
- Berth, J. (2023). *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. Paz e Terra.
- Comte, A. (1978). *Os pensadores*. Abril Cultural.
- Dardel, É. (2011). *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. Perspectiva.
- Evaristo, C. (2020). A escrevivência e seus subtextos. In C. L. Duarte & I. R. Nunes (Orgs.), *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (pp. 26–46). Mina Comunicação e Arte.
- Evaristo, C. (2021) *Prefácio*. Em: Jesus, C. M. de Casa de Alvenaria – volume 1. Companhia das Letras.
- Evaristo, C., & Jesus, V. E. (2021). Outras letras: tramas e sentidos da escrita de Carolina Maria de Jesus. In C. M. de Jesus, *Casa de alvenaria, volume 1: Osasco* (pp. 9–23). Companhia das Letras.
- Farias, T. (2018). *Carolina: uma biografia*. Malê.
- Haraway, D. (2023). *Ficar com o problema: fazer parentes no Chuthuluceno* (A. L. Braga, Trad.). n-1.
- Heidegger, M. (2011). *Ser e tempo*. Vozes.
- Hooks, B. (2022) *Pertencimento: uma cultura do lugar*. Elefante.
- Hooks, B. (2019). *Anseios: raça, gênero e políticas culturais* (J. Pinheiro, Trad.). Elefante.
- Jesus, C. M. (2007). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Ática.
- Jesus, C. M. (2021) *Casa de Alvenaria – volume 1*. Companhia das Letras.
- Kern, L. (2021). *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens* (T. R. Motta, Trad.). Oficina Raquel.
- Lorde, A. (2020). *Irmã Outsider: ensaios e conferências*. Autêntica.
- Mignolo, W. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *RBCS*, 32(94), e329402.
- Povinelli, E. (2024). *Catástrofe ancestral: existências no liberalismo tardio*. Editora Ubu.